

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

CADERNO DE PROVAS
OBJETIVAS E DISCURSIVA

NÍVEL SUPERIOR • MANHÃ

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

CONCURSO PÚBLICO • Aplicação: 2020

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua **Folha de Respostas** e na sua **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva**. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de questões indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais, solicite, de imediato, ao(à) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Não serão fornecidas folhas suplementares para rascunho nem para a transcrição do texto definitivo da prova discursiva.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da **Folha de Respostas** e à transcrição do texto da prova discursiva para a **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva**.
- 5 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e a sua **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva** e deixe o local de provas.
- 6 Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada, exceto a folha que contém os documentos **Folha de Respostas** e **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na **Folha de Respostas** ou na **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Informações adicionais: 0(XX) 61 3448-0100 | sac@cebraspe.org.br | www.cebraspe.org.br



Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação
e Seleção e de Promoção de Eventos

**VOCÊ
SABIA?**

O Cebraspe é o detentor exclusivo do **Método Cespe** de realização de avaliações, certificações e seleções. Esse método está em constante evolução, sendo desenvolvido e aperfeiçoado a partir de pesquisas acadêmicas, algoritmos, processos estatísticos e outras técnicas sofisticadas. Tudo isso para entregar resultados confiáveis, obtidos com inovação e alta qualidade técnica.

O CEBRASPE TRABALHA PARA OFERECER O MELHOR!

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Caso haja opção(ões) constituída(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunhos.

CONHECIMENTOS GERAIS

Texto CG1A1-I

1 “Família, família/ vive junto todo dia/ nunca perde
essa mania” — os versos da canção **Família**, composta por
Arnaldo Antunes e Tony Belotto na década de 80 do século
4 passado, no Brasil, parece que já não traduzem mais a
realidade dos arranjos familiares. Observa-se que a solidez dos
lugares ocupados por cada uma das pessoas, nos moldes da
7 família nuclear, não se adéqua à realidade social do momento,
em que as relações são caracterizadas por sua dinamicidade e
pluralidade. De acordo com o médico e psicanalista Jurandir
10 Freire Costa, “família nem é mais um modo de transmissão do
patrimônio material; nem de perpetuação de nomes de
linhagens; nem da tradição moral ou religiosa; tampouco é a
13 instituição que garante a estabilidade do lugar em que são
educadas as crianças”.

Então, o que é a família? Como defini-la,
16 considerando-se que uma de suas marcas na pós-modernidade
é justamente a falta de definição? Para a cientista social e
política Elizabete Dória Bilac, a variabilidade histórica da
19 instituição família desafia qualquer conceito geral de família.

A centralidade assumida pelos interesses individuais
no mundo contemporâneo é um dos aspectos que influenciam
22 a singularidade de cada família e distinguem os propósitos que
justificam a escolha de duas pessoas ou mais viverem juntas,
compartilhando regras, necessidades e obrigações. Se não é
25 fácil definir a família, é legítimo o esforço de tentar decifrar
quem é o homem pós-moderno e quais as necessidades
emergentes que o impulsionam ao encontro com o outro, seja
28 no espaço social, seja no interior da família, produzindo
significados e razões que o lançam na busca de realização.

Segundo o filósofo francês Dany-Robert Dufour, a
31 pós-modernidade produz um sujeito não engendrado, o que
significa um sujeito que se vê na posição de não dever mais
nada à geração precedente. Trata-se de uma condição que
34 comporta riscos, pois, segundo Dufour, desaparece o motivo
geracional. No que tange à família, a consequência é o
surgimento de relações pautadas em trocas reais e carentes de
37 valores simbólicos que se contraponham à lógica do consumo.
Assim, assiste-se a uma ruptura na ordem da transmissão, o que
40 gera indivíduos desprovidos de identidade sólida, condição esta
que acarreta a redução de sua capacidade crítica e dificulta o
estabelecimento de compromisso com a causa que lhe precede.

Fernanda Simplicio Cardoso e Leila Maria Torraca de Brito.
Reflexões sobre a paternidade na pós-modernidade.
Internet: <www.newpsi.bvs-psi.org.br> (com adaptações).

QUESTÃO 1

As autoras do texto CG1A1-I consideram que

- A** o fato de duas ou mais pessoas viverem juntas é bastante para que sejam consideradas uma família.
- B** a família, na atualidade, define-se como instituição cujos membros não se comprometem uns com os outros.
- C** a família concebida nos moldes tradicionais não existe no século XXI.
- D** o conceito geral de família sempre esteve em constante mudança.
- E** a definição de família constitui um grande desafio.

QUESTÃO 2

No texto CG1A1-I, o trecho “Observa-se que a solidez dos lugares ocupados por cada uma das pessoas, nos moldes da família nuclear, não se adéqua à realidade social do momento, em que as relações são caracterizadas por sua dinamicidade e pluralidade.” (l. 5 a 9) permaneceria gramaticalmente correto e com seu sentido original caso

- A** uma vírgula fosse inserida logo após “Observa-se”.
- B** a vírgula empregada após “pessoas” fosse substituída por ponto e vírgula.
- C** as vírgulas empregadas após “pessoas” e após “nuclear” fossem suprimidas.
- D** a vírgula empregada após “momento” fosse suprimida.
- E** uma vírgula fosse inserida imediatamente após “lugares”.

QUESTÃO 3

Seria mantida a correção gramatical do texto CG1A1-I se o segmento “em que”, nas linhas 8 e 13, fosse substituído, respectivamente, por

- A** onde e onde.
- B** onde e que.
- C** a qual e o qual.
- D** no qual e onde.
- E** que e no qual.

QUESTÃO 4

No terceiro parágrafo do texto CG1A1-I, a forma pronominal “o”, em “o lançam” (l.29), faz referência a

- A** “esforço” (l.25).
- B** “homem” (l.26).
- C** “outro” (l.27).
- D** “espaço” (l.28).
- E** “interior” (l.28).

QUESTÃO 5

Cada uma das opções a seguir apresenta uma proposta de reescrita para o seguinte trecho do texto CG1A1-I: “Trata-se de uma condição que comporta riscos, pois, segundo Dufour, desaparece o motivo geracional.” (l. 33 a 35). Assinale a opção em que a proposta de reescrita apresentada mantém os sentidos originais e a correção gramatical do texto.

- A** Isso se trata de uma condição que comporta riscos, pois, segundo Dufour, desaparece o motivo geracional.
- B** Segundo Dufour, trata-se de uma condição que comporta riscos, pois desaparece o motivo geracional.
- C** Trata-se de uma condição que comporta riscos pois, segundo Dufour, desaparece o motivo geracional.
- D** Trata-se de uma condição que comporta riscos, visto que o motivo geracional, segundo Dufour, desaparece.
- E** Se trata de uma condição que redundante em riscos, pois, segundo Dufour, o motivo geracional desaparece.

QUESTÃO 6

De acordo com o último parágrafo do texto CG1A1-I, um sujeito não engendrado

- A inverte a ordem de transmissão familiar existente.
- B sente-se isento de dívidas para com a geração precedente.
- C relaciona-se com os demais a partir da construção de vínculos sólidos.
- D é mais envolvido com a geração vindoura do que com a geração precedente.
- E tem capacidade crítica reduzida e não demonstra compromisso com os laços familiares.

Texto CG1A1-II

1 Segundo a Lei Geral de Proteção de Dados
(Lei n.º 13.709/2018), dados pessoais são informações que
podem identificar alguém. Dentro desse conceito, foi criada
4 uma categoria chamada de “dado sensível”, que diz respeito a
informações sobre origem racial ou étnica, convicções
religiosas, opiniões políticas, saúde ou vida sexual. Registros
7 como esses, a partir da vigência da lei, passam a ter nível maior
de proteção, para evitar formas de discriminação. Todas as
atividades realizadas no país e todas as pessoas que estão no
10 Brasil estão sujeitas à lei. A norma vale para coletas operadas
em outro país, desde que estejam relacionadas a bens ou
serviços ofertados a brasileiros. Mas há exceções, como a
13 obtenção de informações pelo Estado para a segurança pública.

Ao coletar um dado, as empresas deverão informar a
finalidade da coleta. Se o usuário aceitar repassar suas
16 informações, o que pode acontecer, por exemplo, quando ele
concorda com termos e condições de um aplicativo, as
companhias passam a ter o direito de tratar os dados
(respeitada a finalidade específica), desde que em
19 conformidade com a legislação. A lei prevê uma série de
obrigações, como a garantia da segurança das informações e a
notificação do titular em caso de um incidente de segurança. A
22 norma permite a reutilização dos dados por empresas ou órgãos
públicos, em caso de “legítimo interesse”.

Por outro lado, o titular ganhou uma série de direitos.
Ele pode, por exemplo, solicitar à empresa os dados que ela
tem sobre ele, a quem foram repassados (em situações como a
28 de reutilização por “legítimo interesse”) e para qual finalidade.
Caso os registros estejam incorretos, ele poderá cobrar a
correção. Em determinados casos, o titular terá o direito de se
31 opor a um tratamento. A lei também prevê a revisão de
decisões automatizadas tomadas com base no tratamento de
dados, como as notas de crédito ou os perfis de consumo.

Internet: <www.agenciabrasil.etc.com.br> (com adaptações).

QUESTÃO 7

Segundo as ideias veiculadas no texto CG1A1-II,

- A questões relativas a origem racial ou étnica, convicções religiosas, opiniões políticas, saúde ou vida sexual são as que mais motivam atos de discriminação, e, por isso, os dados sensíveis devem ter maior nível de proteção.
- B a Lei Geral de Proteção de Dados prevê obrigações tanto para as empresas que coletam os dados quanto para o titular desses dados, de forma proporcional.
- C a norma legal é válida em caso de bens e serviços ofertados a brasileiros, independentemente do país onde a coleta dos dados pessoais for feita.
- D o Estado é autorizado a coletar e a tratar dados pessoais de brasileiros da forma que julgar mais adequada.
- E o Brasil é pioneiro na edição de uma lei acerca da coleta e do uso de dados sensíveis.

QUESTÃO 8

Sem prejuízo da correção gramatical e do sentido original do texto CG1A1-II, a forma verbal “há” (ℓ.12) poderia ser substituída por

- A existem.
- B existe.
- C ocorre.
- D têm.
- E tem.

QUESTÃO 9

No período em que se insere no texto CG1A1-II, a oração “Ao coletar um dado” (ℓ.14) exprime uma circunstância de

- A causa.
- B modo.
- C finalidade.
- D explicação.
- E tempo.

QUESTÃO 10

Mantendo-se a coerência e a correção gramatical do texto CG1A1-II, o verbo “aceitar” (ℓ.15) poderia ser substituído por

- A consentir.
- B prescindir.
- C assistir.
- D obstar.
- E enjeitar.

QUESTÃO 11

Em um programa de rádio, Joaquim, faxineiro terceirizado que exerce suas funções no âmbito do TJ/PA, fez, fora do horário de serviço e das dependências do tribunal, considerações e emitiu opiniões desabonadoras sobre o trabalho desenvolvido por determinado analista judiciário do tribunal.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir, conforme o disposto na Resolução TJ/PA n.º 14/2016 (Código de Ética dos Servidores do Tribunal de Justiça do Pará).

- I O referido código de ética é inaplicável à situação, já que a fala de Joaquim ocorreu fora das dependências do TJ/PA.
- II Joaquim poderá ser submetido a procedimento ético, uma vez que as regras do referido código de ética se aplicam a servidores terceirizados.
- III Há vedação expressa no referido código de ética sobre servidor opinar publicamente a respeito da honorabilidade e do desempenho funcional de outro servidor.
- IV Em virtude de a opinião ter sido emitida fora do horário de serviço, é inaplicável à situação o referido código de ética.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e IV.
- C II e III.
- D I, III e IV.
- E II, III e IV.

QUESTÃO 12

Conforme a Lei n.º 8.429/1992, negar publicidade a ato oficial constitui ato de improbidade administrativa que

- A atenta contra os princípios da administração pública.
- B decorre de concessão indevida de benefício financeiro.
- C importa enriquecimento ilícito.
- D causa prejuízo ao erário.
- E decorre de aplicação indevida de benefício tributário.

QUESTÃO 13

Julgue os itens a seguir, considerando as disposições da Lei n.º 8.429/1992.

- I A lei aplica-se a terceiro que, mesmo não sendo servidor público, induza ou concorra para a prática de ato de improbidade ou dele se beneficie.
- II Atos omissivos podem ser considerados para a configuração de lesão ao patrimônio público.
- III O Ministério Público deverá ser cientificado pela autoridade administrativa sobre os atos que ensejarem enriquecimento ilícito ou lesão ao patrimônio público.
- IV Constitui ato de improbidade administrativa revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I, II e III estão certos.
- B Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- C Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- D Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 14

No que se refere ao acordo de leniência previsto na Lei n.º 12.846/2013, assinale a opção correta.

- A A proposta de acordo de leniência suspende o prazo prescricional dos atos ilícitos previstos na referida lei.
- B O termo final para a prática dos atos infracionais pela pessoa jurídica é a celebração do acordo de leniência.
- C A celebração do acordo de leniência isenta a pessoa jurídica da sanção de multa.
- D O acordo de leniência não exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.
- E A celebração dos acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo federal é de competência exclusiva do Ministério Público Federal.

QUESTÃO 15

Considerando o disposto na Lei n.º 12.846/2013, assinale a opção correta.

- A É vedada a delegação da competência para a instauração e o julgamento de processo administrativo de apuração de responsabilidade.
- B A sanção de multa terá como limite mínimo o percentual de 0,2% do faturamento líquido do ano anterior à instauração do processo administrativo.
- C O prazo prescricional será suspenso com o julgamento do processo administrativo.
- D Pessoa jurídica estrangeira está imune à incidência das regras estabelecidas na referida lei.
- E Comissão constituída para a apuração de responsabilidade poderá, cautelarmente, propor à autoridade instauradora que suspenda os efeitos do ato ou processo objeto da investigação.

QUESTÃO 16

Segundo determinada teoria motivacional, o esforço da pessoa depende do resultado que ela quer alcançar, ou seja, as pessoas se esforçam para alcançar resultados que elas consideram importantes para si. Essa é a perspectiva da teoria

- A da expectativa.
- B da equidade.
- C das necessidades.
- D da frustração.
- E dos dois fatores.

QUESTÃO 17

Como forma de participação institucional da cidadania na administração pública brasileira, existem conselhos gestores de políticas públicas e conselhos de direito. Assinale a opção que apresenta um exemplo de conselho destinado a operacionalizar ações de governo, de caráter específico, como as de segurança alimentar, merenda escolar, aleitamento materno e desenvolvimento rural.

- A conselho de eventos
- B conselho de programas
- C conselho consultivo de governo
- D conselho de defesa e promoção de direitos
- E conselho de controle administrativo-financeiro e funcional

QUESTÃO 18

Acerca de *accountability*, julgue os itens seguintes.

- I A obrigação de prestar contas, o uso de boas práticas de gestão e a responsabilização pelos resultados advindos da utilização de recursos públicos integram o conceito de *accountability*.
- II Valores tradicionais presentes na política brasileira, como a prática do clientelismo e o patrimonialismo, favorecem a prática de *accountability*.
- III Os cidadãos fazem jus ao direito de cobrar que os maus gestores sejam responsabilizados por atos praticados com inobservância da lei ou do interesse público.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item II está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 19

As organizações que utilizam como metodologia de planejamento estratégico o BSC (*balanced scorecard*) devem contar com o envolvimento ativo da equipe executiva, para que as mudanças ocorram e a estratégia seja implementada com vistas ao alcance dos melhores desempenhos.

O pressuposto abordado no texto anterior está de acordo com o princípio de

- A traduzir a estratégia em termos operacionais.
- B alinhar a organização à estratégia.
- C transformar a estratégia em tarefa de todos.
- D converter a estratégia em processo contínuo.
- E mobilizar a mudança por meio da liderança educadora.

QUESTÃO 20

Assinale a opção que indica atividade inerente à função administrativa chamada de organização.

- A distribuição dos processos de trabalho em departamentos
- B definição da visão de futuro da instituição e dos valores a serem cumpridos pelos empregados
- C criação de sistemas de monitoramento dos prazos e da qualidade dos serviços prestados
- D realização de reuniões para orientação sobre a execução de atividades na busca de engajamento e alcance de resultados
- E avaliação das metas alcançadas em cada departamento da organização

QUESTÃO 21

A adoção de soluções alternativas de conflito é um dos macrodesafios do Poder Judiciário no período de 2015 a 2020. Esse macrodesafio refere-se à(ao)

- A ampliação do rol dos atuais meios judiciais para resolução de conflitos, mediante participação do cidadão.
- B fomento à criação de meios extrajudiciais para resolução negociada de conflitos, mediante participação do cidadão.
- C fomento à criação de metodologias inovadoras para resolução judicial de conflitos, com a participação das partes envolvidas.
- D incremento dos meios judiciais e extrajudiciais para resolução de conflitos, mediante participação ativa do cidadão.
- E fomento à modernização dos processos judiciais para dar celeridade às decisões, mediante participação do cidadão.

QUESTÃO 22

A instituição da governança judiciária é um macrodesafio estabelecido no planejamento estratégico do Poder Judiciário do estado do Pará para o período de 2015 a 2020. A esse respeito, assinale a opção que apresenta iniciativa estratégica que favorece o alcance desse macrodesafio.

- A inovação e modernização da infraestrutura de tecnologia e comunicação
- B inovação e aperfeiçoamento da gestão dos sistemas de informação
- C aprimoramento das estruturas administrativas e jurisdicionais
- D aprimoramento da segurança da informação
- E fortalecimento da governança na área de tecnologia de informação e comunicação

QUESTÃO 23

Um dos indicadores do índice de eficiência judicial (IE-Jud) é a taxa de congestionamento, cuja finalidade é

- A verificar se a unidade foi capaz de baixar processos, no mínimo, em quantidade igual ao número de processos novos.
- B apurar o percentual de feitos judiciais parados há mais de cem dias no acervo da unidade ao final do período base.
- C julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no período base.
- D medir o percentual de casos que permanecem pendentes de solução ao final de um período base, em relação a tudo que tramitou no mesmo período.
- E computar a média de processos baixados por servidor no período base.

QUESTÃO 24

Considere que o cargo de desembargador do TJ/PA tenha ficado vago e que determinado juiz de direito tenha sido cotado para preencher a vaga pelo critério de antiguidade, apurada na última entrância. Nesse caso, o tribunal deverá resolver, preliminarmente, se é devida a indicação do juiz mais antigo, o que poderá ser recusado pelo voto de seus membros, conforme procedimento próprio,

- A em sessão aberta e pública, com os votos de recusa nos próprios autos de escolha, a ser julgado pela maioria absoluta do tribunal pleno.
- B em sessão aberta e pública, com os votos de recusa tomados em autos apartados, a ser julgado por dois terços do tribunal pleno.
- C em sessão aberta e pública, com os votos de recusa tomados em autos apartados, a ser julgado pela maioria absoluta do tribunal pleno.
- D em segredo de justiça, com os votos de recusa nos próprios autos de escolha, a ser julgado por dois terços do tribunal pleno.
- E em segredo de justiça, com os votos de recusa tomados em autos apartados, a ser julgado pela maioria absoluta do tribunal pleno.

QUESTÃO 25

A competência para apreciar as medidas urgentes nos processos de competência originária do TJ/PA é do

- A vice-presidente do tribunal.
- B presidente do tribunal.
- C corregedor de justiça.
- D relator do processo.
- E tribunal pleno.

QUESTÃO 26

O reingresso de servidor do TJ/PA na administração pública por decisão administrativa definitiva ocorre por

- A reintegração, devendo o servidor ser ressarcido de eventuais prejuízos resultantes do afastamento.
- B reintegração para o cargo anteriormente ocupado, salvo se o cargo já estiver regularmente provido.
- C reversão, devendo o servidor ser ressarcido de eventuais prejuízos resultantes do afastamento.
- D reversão para o cargo anteriormente ocupado, salvo se o cargo já estiver regularmente provido.
- E reversão para o cargo anteriormente ocupado, ainda que o cargo já esteja regularmente provido.

Espaço livre

QUESTÃO 27

Servidor do TJ/PA que, supostamente, tiver cometido ato comissivo e exercido irregularmente suas atribuições, causando prejuízo ao erário, poderá ser responsabilizado cumulativamente nas esferas

- A** administrativa, civil e penal, que serão dependentes entre si, se houver prejuízo a terceiros.
- B** administrativa, civil e penal, salvo se for absolvido penalmente pela inexistência do fato.
- C** administrativa, civil e penal, que serão dependentes entre si, se o ato tiver sido culposo.
- D** administrativa, civil e penal, não cabendo aos sucessores obrigação de reparar o dano.
- E** administrativa, civil e penal, salvo se for absolvido penalmente por falta de provas.

QUESTÃO 28

Para a progressão funcional de servidor nos cargos das carreiras do TJ/PA, considera-se como efetivo serviço a

- A** licença não remunerada, no limite de dois anos.
- B** licença não remunerada, no limite de um ano.
- C** licença remunerada, independentemente do tempo.
- D** licença remunerada, no limite de um ano.
- E** licença não remunerada, independentemente do tempo.

QUESTÃO 29

Assinale a opção correta a respeito do prazo prescricional em caso de infração disciplinar cometida por servidor do TJ/PA.

- A** O prazo prescricional será interrompido se houver abertura de sindicância ou instauração de processo disciplinar.
- B** A prescrição começa a correr a partir da data da prática do fato, salvo se a infração for punível com cassação de aposentadoria.
- C** O prazo prescricional será o previsto na lei penal, se a infração disciplinar for capitulada como contravenção penal.
- D** A prescrição começa a correr a partir da data da prática do fato, salvo se a infração for punível com demissão.
- E** O prazo prescricional independe da punição a ser aplicada, seja suspensão, seja repreensão.

QUESTÃO 30

O médico de hospital privado que suspeitar de violência praticada contra pessoa com deficiência deverá notificar

- I a autoridade policial.
- II o Ministério Público.
- III os conselhos dos direitos da pessoa com deficiência.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Tabela 5A1-I

A tabela a seguir apresenta informações a respeito de determinada empresa.

data	informação
1.º/11/2019	saldo do disponível igual a R\$ 14.507,00
	saldo do estoque de mercadorias para revenda igual a R\$ 48,00
	quantidade de mercadorias em estoque para revenda igual a 6 unidades
	saldo da conta fornecedores do passivo circulante igual a R\$ 1.457,00
5/11/2019	compra de 10 unidades de mercadoria para revenda, a prazo, por R\$ 9,00 cada
	pagamento destacado de frete sobre compra realizada na data, no valor de R\$ 38,00
08/11/2019	venda de 4 unidades à vista por R\$ 25,00 cada, com pagamento de frete sobre vendas no valor de R\$ 20,00
14/11/2019	devolução, em dinheiro, do valor escriturado das cotas de um dos sócios que saiu da sociedade, no montante de R\$ 2.000,00
15/11/2019	aquisição de veículos financiados no valor de R\$ 50.000,00
17/11/2019	compra de 8 unidades de mercadoria para revenda à vista no valor de R\$ 13,00 cada
20/11/2019	venda de 12 unidades por R\$ 30,00 cada, com recebimento à vista
21/11/2019	cliente devolveu 3 unidades da operação do dia 20/11/2019 e obteve abatimento de R\$ 60,00 sobre o valor total
22/11/2019	ressarcimento de R\$ 230,00 de despesas a funcionário que representou a empresa em um evento
23/11/2019	aquisição de 4 unidades de mercadorias por R\$ 14,25 cada, à vista
28/11/2019	outras receitas financeiras recebidas no período iguais a R\$ 20,00
	outras despesas financeiras pagas no período iguais a R\$ 80,00

QUESTÃO 31

Com base nas informações da tabela 5A1-I, assinale a opção que apresenta o valor do custo das mercadorias vendidas que deve ter sido apresentado na demonstração do resultado do exercício do mês de novembro de 2019, considerando a média ponderada móvel e o sistema permanente de controle de estoques, e desconsiderando reflexos tributários.

- A** R\$ 127,90
- B** R\$ 185,60
- C** R\$ 150,20
- D** R\$ 167,43
- E** R\$ 156,46

QUESTÃO 32

Com base nas informações apresentadas na tabela 5A1-I e, ao se adotar o custo das mercadorias vendidas (CMV) correspondente a R\$ 140,00, é correto afirmar que a margem bruta apurada é

- A** inferior a 52%.
- B** superior a 52% e inferior a 54%.
- C** superior a 54% e inferior a 56%.
- D** superior a 56% e inferior a 58%.
- E** superior a 58%.

QUESTÃO 33

Se a empresa a que se refere a tabela 5A1-I adotar o custo da mercadoria vendida no valor de R\$150,20, nesse caso, desconsiderando-se tributos, o resultado líquido auferido corresponderá a um prejuízo de

- A** R\$ 90,20.
- B** R\$ 150,20.
- C** R\$ 128,20.
- D** R\$ 68,20.
- E** R\$ 38,20.

QUESTÃO 34

Conforme os dados da tabela 5A1-I, a variação apurada na demonstração dos fluxos do disponível será negativa e igual a

- A** R\$ 2.199,00.
- B** R\$ 52.199,00.
- C** R\$ 2.349,20.
- D** R\$ 2.139,00.
- E** R\$ 2.119,00.

QUESTÃO 35

Uma empresa contratou seguros no valor de R\$ 210,00, em 1.º/9/2019, e apresentou as seguintes informações em 30/9/2019.

conta	saldo em 1.º/9/2019	saldo em 30/9/2019
despesa de seguros	R\$ 0,00	R\$ 320,00
seguros antecipados	R\$ 300,00	R\$ 190,00
seguros a pagar	R\$ 80,00	R\$ 130,00

Consoante essas informações, assinale a opção que indica o montante que deve ter sido evidenciado na demonstração do fluxo do disponível a título de pagamento de seguros no mês de setembro de 2019.

- A** R\$ 80,00
- B** R\$ 160,00
- C** R\$ 190,00
- D** R\$ 210,00
- E** R\$ 270,00

QUESTÃO 36

Uma empresa apresentou apenas a informação financeira relativa ao pagamento dos funcionários no mês de outubro de 2019, o que correspondeu a R\$ 750.000,00. Além dessa informação, apresentou o seguinte quadro explicativo.

conta	saldo no início de outubro/2019	saldo ao final de outubro/2019
salários antecipados	R\$ 680.000,00	R\$ 250.000,00
salários a pagar	R\$ 350.000,00	R\$ 580.000,00

Conforme essas informações, a despesa de salários do período foi de

- A R\$ 230.000,00.
- B R\$ 430.000,00.
- C R\$ 680.000,00.
- D R\$ 1.180.000,00.
- E R\$ 1.410.000,00.

QUESTÃO 37

A reclassificação de itens patrimoniais pode alterar os indicadores econômico-financeiros utilizados pelos usuários das demonstrações contábeis. Acerca da estrutura das demonstrações contábeis e dos indicadores, assinale a opção correta.

- A Caso uma empresa reclassifique R\$ 2.000,00 do subgrupo investimentos para o subgrupo imobilizado, cujos saldos antes da reclassificação correspondiam, respectivamente, a R\$ 5.000,00 e R\$ 8.000,00, o índice de liquidez corrente será majorado em 0,32.
- B A adoção de critérios de avaliação de estoques que reduzam o valor do estoque de mercadorias proporcionará uma redução no índice de liquidez seca.
- C A reclassificação de componentes de passivo circulante para passivo não circulante afetará o índice de liquidez corrente, mas não o índice de liquidez geral.
- D A margem bruta apurada sofrerá alterações caso a empresa esteja na condição de vendedora e obtenha um desconto para antecipação do pagamento de boletos emitidos por fornecedores.
- E O indicador fluxo operacional sobre lucro líquido sofrerá modificações caso a empresa possua variação negativa no saldo do ativo imobilizado.

QUESTÃO 38

Uma empresa adquiriu um instrumento financeiro no valor de R\$ 300.000,00, com remuneração estabelecida de R\$ 32.500,00 para o vencimento. No vencimento, esse título possuía valor justo de R\$ 340.000,00.

Considerando essa situação e as normas acerca do reconhecimento, da mensuração e do registro das operações contábeis dessa natureza, assinale a opção correta.

- A Se a empresa avaliar o título pelo custo amortizado na data do vencimento, ela deverá registrar os valores de R\$ 7.500,00 e R\$ 32.500,00 como receita de juros.
- B Se a empresa avaliar o instrumento financeiro pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ela deverá registrar um crédito de R\$ 7.500,00 em conta de ajuste de avaliação patrimonial em seu patrimônio líquido e um crédito de R\$ 32.500,00 na conta receita de juros.
- C Se a empresa avaliar o instrumento financeiro pelo valor justo por meio de resultado, ela deverá registrar apenas o crédito de R\$ 40.000,00 em conta de ajuste de avaliação patrimonial em seu patrimônio líquido.
- D Se a empresa avaliar o instrumento financeiro pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ela deverá registrar um crédito de R\$ 40.000,00 em conta de ajuste de avaliação patrimonial.
- E Se a empresa avaliar o instrumento financeiro pelo custo amortizado, o registro proporcionará um crédito de R\$ 7.500,00 na conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido da empresa e R\$ 32.500,00 correspondentes a receita de juros na demonstração do resultado do exercício.

QUESTÃO 39

Considerando as normas aplicáveis ao registro mensuração e evidenciação de investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto, assinale a opção correta.

- A Caso o investimento em coligada seja mantido indiretamente por uma organização de capital de risco, essa entidade não poderá adotar a mensuração ao valor justo por meio do resultado para esses investimentos.
- B Uma empresa não é obrigada a aplicar o método da equivalência patrimonial aos investimentos dos quais detenha o controle individual, se a controladora estiver dispensada de elaborar demonstrações consolidadas por enquadramento em norma específica.
- C Ao investimento em controlada previamente classificado como mantido para venda, mas que tenha deixado de atender as condições estabelecidas para ser classificado como tal, deve ser aplicado o método da equivalência patrimonial de modo prospectivo, ou seja, a partir da data de sua reclassificação.
- D Caso um investimento em coligada torne-se investimento em controlada, a entidade deve substituir o método da equivalência patrimonial pelo método de custo e proceder à remensuração do interesse retido.
- E Os resultados decorrentes de transações ascendentes (*upstream*) entre a controlada e a controladora devem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis da vendedora e nas demonstrações contábeis individuais da controladora, mesmo que os ativos transacionados estejam no balanço de adquirente pertencente ao grupo econômico.

QUESTÃO 40

À luz da NBC TG 16 (R2), que estabelece o tratamento contábil para os estoques, assinale a opção correta, acerca do reconhecimento, da mensuração e do registro dos estoques.

- A** Os custos indiretos de produção que porventura não tenham sido alocados aos produtos devem ser reconhecidos como despesa do período em que ocorrem, de maneira identificada e sem transitar pelos estoques.
- B** O custo do transporte do centro de distribuição à loja de venda não pode ser considerado como parte integrante do custo do estoque.
- C** O valor pago destacadamente para rastreamento de mercadoria adquirida não pode ser incorporado ao custo dos estoques transportados.
- D** Se adotado o método de varejo para mensuração de estoques, será considerada a margem líquida, para que o valor de custo seja reconfigurado para situações em que outro método não possa ser utilizado.
- E** Os custos de transformação de estoques restringem-se aos custos diretamente relacionados com as unidades produzidas ou com as linhas de produção, como pode ser o caso da mão de obra direta.

QUESTÃO 41

A perda por desvalorização de um imóvel que não tenha sido reavaliado provoca efeitos presentes e futuros no patrimônio da entidade que detém o controle desse imóvel. Nesse sentido, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) — Redução ao Valor Recuperável de Ativos —, um dos efeitos que tal desvalorização pode provocar é

- A** o reconhecimento imediato da perda em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.
- B** o reconhecimento da perda na demonstração de resultado do exercício em que se der a venda definitiva do imóvel.
- C** o ajuste da despesa de depreciação em períodos futuros, com vistas a alocar o valor contábil revisado do imóvel, deduzido de seu valor residual, em base sistemática ao longo de sua vida útil remanescente.
- D** o reconhecimento imediato de um passivo no valor total da perda.
- E** o não reconhecimento de quaisquer ativos ou passivos fiscais diferidos relacionados à perda.

QUESTÃO 42

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 — Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes —, o procedimento contábil a ser adotado em relação ao reconhecimento contábil de ativos contingentes é

- A** reconhecer o ativo contingente no balanço patrimonial somente quando for provável a entrada de benefícios econômicos futuros para a empresa que detém o seu controle.
- B** reconhecer o ativo contingente no balanço patrimonial somente quando a entrada de benefícios econômicos futuros se tornar praticamente certa, ocasião em que o referido ativo deixa de ser considerado contingente.
- C** não reconhecer o ativo contingente no balanço patrimonial, mas divulgá-lo em notas explicativas quando for possível que esse ativo venha a gerar benefícios econômicos futuros para a empresa que detém o seu controle.
- D** reconhecer o ativo contingente no balanço patrimonial sempre que houver alguma possibilidade de esse ativo gerar benefícios econômicos futuros para a empresa que detém o seu controle.
- E** não reconhecer o ativo contingente no balanço patrimonial e somente divulgá-lo em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos se tornar praticamente certa.

QUESTÃO 43

O adiantamento recebido de um cliente por um serviço que será prestado após o término do exercício social seguinte gera, para a empresa que irá prestar o serviço, uma disponibilidade de recursos cuja contrapartida é uma conta do balanço patrimonial que deve ser

- A** classificada no passivo não circulante e ajustada ao seu valor presente.
- B** classificada no passivo circulante e ajustada ao seu valor presente somente se tal ajuste tiver efeito relevante.
- C** classificada no passivo não circulante e ajustada ao seu valor presente somente se tal ajuste tiver efeito relevante.
- D** classificada no passivo circulante e ajustada ao seu valor presente.
- E** classificada no patrimônio líquido e ajustada ao seu valor presente.

QUESTÃO 44

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) — Operações de Arrendamento Mercantil —, uma operação de arrendamento mercantil de longo prazo que não tenha como ativo subjacente um bem de baixo valor deve ser reconhecida no ativo da arrendatária mediante o registro do

- A** direito de uso do bem arrendado pelo seu valor de custo.
- B** bem arrendado pelo seu valor de custo.
- C** direito de uso do bem arrendado pelo seu valor justo.
- D** direito de uso do bem arrendado pelo valor presente das contraprestações a pagar.
- E** bem arrendado pelo valor presente das contraprestações a pagar.

QUESTÃO 45

Assinale a opção que apresenta a conta do patrimônio líquido que, em decorrência da função que lhe foi atribuída pela legislação societária, pode apresentar tanto saldo credor quanto saldo devedor no balanço patrimonial.

- A** ações em tesouraria
- B** prejuízos acumulados
- C** capital a integralizar
- D** ajustes de avaliação patrimonial
- E** reservas de capital

QUESTÃO 46

A existência de poder é um dos requisitos para um investidor ser considerado o controlador de uma investida e tornar-se sujeito à elaboração e à apresentação de demonstrações contábeis consolidadas. Segundo o Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) — Demonstrações Consolidadas —, tal poder estará presente sempre que o investidor

- A** detiver 50% ou mais do capital da investida.
- B** exercer influência significativa sobre a investida.
- C** detiver a maioria dos direitos de voto, sejam eles substantivos ou não.
- D** for capaz de afetar os retornos dos seus investimentos na investida por meio do seu envolvimento no processo de gestão.
- E** tiver a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes da investida.

QUESTÃO 47

Um dos pressupostos básicos do estudo que envolve a relação custo *versus* volume *versus* lucro (CVL) é que

- A** a quantidade vendida difere da quantidade produzida.
- B** todos os custos de produção podem ser classificados como fixos ou variáveis, ou decompostos em seus componentes fixos e variáveis.
- C** o preço do produto pode variar em função do nível de produção.
- D** o custo variável unitário pode variar em função do nível de produção.
- E** os custos fixos não permanecem os mesmos em todos os níveis de produção contemplados.

QUESTÃO 48

A compra à vista de mercadorias para revenda no curto prazo tem como efeito na capacidade de pagamento da empresa adquirente

- A** aumento do índice de liquidez corrente.
- B** redução do capital circulante líquido.
- C** redução do índice de liquidez geral.
- D** redução do índice de liquidez seca.
- E** aumento do índice de liquidez imediata.

QUESTÃO 49

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) — Combinação de Negócios —, assinale a opção que indica o critério contábil a ser utilizado em uma combinação de negócios para mensurar uma obrigação decorrente de um financiamento industrial assumido pelo adquirente.

- A** valor presente
- B** custo amortizado
- C** valor de liquidação
- D** valor realizável líquido
- E** valor justo

QUESTÃO 50

Assinale a opção que apresenta um indicador cujo cálculo relaciona itens da demonstração do resultado do exercício com itens do balanço patrimonial.

- A** índice de endividamento geral
- B** margem bruta
- C** retorno sobre o investimento
- D** imobilização dos capitais permanentes
- E** liquidez corrente

QUESTÃO 51

Caso a liquidação da despesa orçamentária ocorra concomitantemente com o fato gerador da prestação do serviço, a variação patrimonial diminutiva

- A** será contabilizada no momento do empenho da despesa orçamentária.
- B** será contabilizada juntamente com a liquidação da despesa orçamentária.
- C** será contabilizada no momento do pagamento da despesa orçamentária.
- D** não será contabilizada porque já cumpriu o ritual da execução orçamentária.
- E** não será contabilizada porque essa transação configura fato permutativo, ou seja, não afeta a situação patrimonial líquida.

QUESTÃO 52

Se o valor justo de ativo intangível reavaliado não puder ser mensurado em referência a mercado ativo, o valor contábil desse ativo

- A** corresponderá ao valor reavaliado na data da última reavaliação em referência ao mercado ativo, menos quaisquer subseqüentes amortizações e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.
- B** corresponderá ao valor do custo de reposição de um ativo com as mesmas características e benefícios esperados, menos os ajustes correspondentes.
- C** deverá ser debitado diretamente à conta de reserva de reavaliação até o limite do saldo existente.
- D** deverá ser realizado em contas de resultado do exercício.
- E** deixará de ser reconhecido, pois deixa de atender ao critério de reconhecimento de ativo.

QUESTÃO 53

Caso a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços de um passivo contingente se torne provável,

- A** uma nota explicativa deverá ser divulgada nas demonstrações contábeis do período em que ocorreu a mudança na probabilidade.
- B** esses valores deverão ser registrados em contas de controle nas demonstrações contábeis do período em que ocorreu a mudança na probabilidade.
- C** nada deverá ser feito, até que haja certeza sobre o valor necessário para a extinção da obrigação.
- D** uma provisão deverá ser reconhecida nas demonstrações contábeis do período em que ocorreu a mudança na probabilidade.
- E** nada deverá ser feito, até que haja certeza sobre o prazo para a extinção da obrigação.

QUESTÃO 54

No que se refere à integração do Subsistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP) com os demais sistemas organizacionais, é correto afirmar que o SICSP deve estar integrado com

- A** a execução orçamentária e financeira, de modo a detalhar a aplicação dos recursos efetuados em cada unidade.
- B** as naturezas de informação contábil, de acordo com as características dos atos e fatos nelas registrados.
- C** o processo de planejamento e orçamento, devendo ser utilizada a mesma base conceitual, caso se refiram aos mesmos objetos de custos.
- D** os níveis de desdobramento das contas contábeis, a fim de possibilitar a consolidação das contas públicas.
- E** os atributos da informação contábil, para permitir a apuração do resultado em consonância com o disposto na Lei n.º 4.320/1964.

QUESTÃO 55

Relativamente às classes de contas, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) é dividido em

- A** duas classes, sendo as contas contábeis classificadas dentro uma mesma natureza de informação contábil.
- B** três classes, sendo as contas contábeis classificadas segundo a natureza das informações que evidenciam: orçamentária, patrimonial e fiscal.
- C** quatro classes, sendo as contas contábeis classificadas segundo a natureza das informações que evidenciam: contas patrimoniais, contas de resultado, contas de controle orçamentário e contas de controle de atos potenciais.
- D** seis classes, sendo as contas contábeis classificadas segundo a natureza das informações que evidenciam: orçamentária, financeira, patrimonial e de compensação.
- E** oito classes, sendo as contas contábeis classificadas segundo a natureza das informações que evidenciam: patrimonial, orçamentaria e de controle.

QUESTÃO 56

A demonstração dos fluxos de caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxo operacional, de investimento e de financiamento. Os fluxos de caixa decorrentes de transações em moeda estrangeira devem ser

- A** registrados na moeda funcional da entidade, convertendo-se o valor em moeda estrangeira à taxa cambial na data da ocorrência do fluxo de caixa.
- B** registrados na moeda funcional da entidade, convertendo-se o valor em moeda estrangeira com base nas taxas de câmbio do fim do período.
- C** registrados na moeda de apresentação da entidade, convertendo-se o valor em moeda estrangeira à taxa cambial na data da ocorrência do fluxo de caixa.
- D** registrados na moeda de apresentação da entidade, convertendo-se o valor em moeda estrangeira com base nas taxas de câmbio do fim do período.
- E** apresentados separadamente dos fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, convertidos e registrados com base nas taxas de câmbio do fim do período.

QUESTÃO 57

Para compatibilizar o fluxo dos pagamentos com o fluxo dos recebimentos na etapa do planejamento da despesa orçamentária em caso de frustração da receita estimada no orçamento, será necessário

- A** abrir novas fontes de financiamento de receita por meio de créditos adicionais, para acomodar os compromissos já empenhados.
- B** cancelar as despesas já empenhadas e liquidadas para que não haja necessidade de buscar socorro no mercado financeiro.
- C** solicitar dotação por meio da descentralização de créditos orçamentários, atingindo-se, assim, os resultados previstos na lei de diretrizes orçamentárias.
- D** manter a despesas empenhadas na condição de despesas em liquidação, até que a arrecadação da receita seja restabelecida.
- E** estabelecer limitação de empenho e movimentação financeira.

QUESTÃO 58

Relativamente à etapa da receita orçamentária denominada lançamento, é correto afirmar que, uma vez ocorrido o fato gerador, procede-se

- A** à realização da receita orçamentária em favor da fazenda pública.
- B** ao registro de uma provisão em contrapartida a uma variação patrimonial diminutiva, por se tratar de prazo ou valor incerto.
- C** ao registro do crédito tributário em favor da fazenda pública em contrapartida a uma variação patrimonial aumentativa.
- D** à divulgação de uma nota explicativa até que haja o efetivo ingresso do recurso.
- E** à baixa do direito a receber anteriormente registrado e a correspondente realização da receita orçamentária.

QUESTÃO 59

O suprimento de fundos poderá ser concedido

- A** a servidor que já seja responsável por dois suprimentos, desde que não esteja respondendo a processo administrativo.
- B** mesmo que não seja precedido de empenho na dotação própria, desde que as despesas não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.
- C** a servidor declarado em alcance, desde que exerça cargo de confiança.
- D** a servidor que tenha a seu cargo guarda ou utilização do material a adquirir, desde que não haja na repartição outro servidor.
- E** mesmo que o valor da despesa ultrapasse o limite estabelecido em ato normativo próprio, desde que seja feito em caráter de urgência.

QUESTÃO 60

Assinale a opção que apresenta as características qualitativas da informação incluída nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG), em conformidade com o disposto na NBC TSP – Estrutura Conceitual.

- A** unidade, anualidade, universalidade, não afetação e transparência
- B** relevância, representação fidedigna, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade
- C** primazia da essência sobre a forma, materialidade e custo benéfico
- D** legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência
- E** entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência

QUESTÃO 61

A legislação e os normativos vigentes autorizam as entidades públicas a utilizar a dotação específica destinada a despesas de exercícios anteriores para pagar

- A** uma compra de material de expediente que, em razão de sua urgência, não pôde subordinar-se ao processo normal da execução orçamentária.
- B** uma despesa relativa à aquisição de computadores recebidos no ano X1, com o devido atesto da nota fiscal, mas que só foi paga no ano X2.
- C** uma compra de medicamentos empenhada no ano X1, mas cuja entrega e consequente pagamento só foram feitos no ano X2.
- D** uma despesa com aluguel que prescreveu no ano X1, mas cuja prescrição foi interrompida no ano X2, em razão da permanência do direito do credor.
- E** um contrato de serviços terceirizados licitado, porém não empenhado em razão da ausência de assinatura do contrato.

QUESTÃO 62

A respeito de dívida fluante e dívida fundada, assinale a opção correta, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

- A** Caso ultrapassados os limites da dívida fluante no primeiro quadrimestre do último ano do mandato, será proibida a contratação de operação de crédito por antecipação de receita.
- B** É vedado ao gestor público contrair, nos últimos dois quadrimestres do mandato, obrigação de despesa que contribua para o aumento da dívida pública.
- C** Caso os limites de despesa de pessoal estabelecidos não sejam atingidos, estará proibida a realização de operação de crédito, ressalvado o refinanciamento do principal da dívida mobiliária.
- D** O ente que deseje realizar uma transferência voluntária deverá comprovar que cumpre os limites constitucionais da dívida e os relativos à educação e à saúde.
- E** O orçamento anual deve conter o anexo de riscos fiscais, que, por sua vez, trata, dentre outros, dos riscos fiscais de dívida fundada e fluante.

QUESTÃO 63

Os tipos de descentralização de créditos e recursos que podem ocorrer entre duas universidades federais de estados diferentes são

- A** repasse e sub-repasse.
- B** destaque e provisão.
- C** destaque e repasse.
- D** provisão e sub-repasse.
- E** provisão e repasse.

QUESTÃO 64

A respeito do processo orçamentário no Brasil, assinale a opção correta.

- A** No processo orçamentário, durante a execução da despesa pública, são observados três estágios, sendo considerada realizada a despesa no primeiro deles.
- B** O processo orçamentário, também denominado ciclo orçamentário, é constituído, exclusivamente, das seguintes etapas: planejamento; elaboração da proposta; discussão e aprovação; e execução.
- C** O ciclo orçamentário, em respeito ao princípio da anualidade, deve ter a duração de um exercício financeiro que coincida com o ano civil.
- D** A iniciativa da apresentação do projeto de lei orçamentária anual (LOA) é do Congresso Nacional e de competência do chefe do Poder Legislativo.
- E** No momento da apreciação do orçamento anual pelo Poder Legislativo, podem ser oferecidas emendas que criem novas despesas, desde que haja indicação futura dos recursos necessários.

QUESTÃO 65

A técnica-orçamentária que utiliza o orçamento com função precípua de controle político é chamada de

- A** orçamento clássico.
- B** orçamento por desempenho.
- C** orçamento por resultados.
- D** orçamento burocrático.
- E** orçamento-programa.

Espaço livre

Texto 5A4-I

A tabela a seguir apresenta os eventos ocorridos no exercício de 20X8 em determinada entidade pública da administração direta.

eventos	valores (em mil R\$)
despesa total fixada na LOA	
arrecadação de impostos lançados em 20X7	5.800
depreciação do exercício	
empenho da variação cambial da dívida	1.800
pagamento da dívida com o FMI do exercício	4.300
pagamento de compra de medicamentos entregues em 20X7	3.500
recolhimento de aluguéis do exercício	3.100
alienação de bens no exercício com recebimento à vista	
perdas de valor recuperável do imobilizado	
prescrição de dívidas com fornecedores	
cauções recebidas	
pagamento de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária	1.800
contratação de operações de crédito	
recebimento de taxas de serviços prestados	4.100
recebimento de <i>royalties</i>	1.300
pagamento da folha de pagamento do exercício	8.700
devolução de depósitos	1.500
empenho para aquisição de veículos a serem recebidos em 20X9	7.900
recebimento de cadeiras empenhadas em 20X7	
reserva de contingência fixada na LOA	500

O exercício foi aprovado de acordo com as normas vigentes e, durante o exercício, as despesas orçamentárias realizadas já possuíam alguma dotação na LOA. A única fonte utilizada para abertura de créditos adicionais foi o excesso de arrecadação.

QUESTÃO 66

De acordo com os dados apresentados no texto 5A4-I, o total da receita orçamentária corrente realizada, em mil R\$, foi de

- A 7.200.
- B 13.000.
- C 14.300.
- D 18.500.
- E 21.700.

QUESTÃO 67

Depreende-se dos dados apresentados no texto 5A4-I que o total da despesa extraorçamentária, em mil R\$, foi de

- A 1.800.
- B 3.300.
- C 5.400.
- D 6.800.
- E 10.600.

QUESTÃO 68

Depreende-se dos dados apresentados no texto 5A4-I que o total da despesa orçamentária de capital realizada, em mil R\$, foi de

- A 4.300.
- B 6.100.
- C 7.300.
- D 10.400.
- E 12.200.

QUESTÃO 69

Depreende-se dos dados apresentados no texto 5A4-I que o montante total de créditos adicionais suplementares no exercício de 20X8, em mil R\$, foi de

- A 1.300.
- B 1.800.
- C 6.100.
- D 9.600.
- E 12.600.

QUESTÃO 70

Com relação ao sistema de planejamento e de orçamento, julgue os itens a seguir.

- I O plano plurianual de um ente público estadual deve prever a aquisição de veículos, em razão de isso ser classificado como despesa de capital.
- II Viola o princípio da exclusividade o ente público municipal que autorizar, em seu orçamento anual, a contratação de empréstimos no exterior.
- III Conforme disposição legal vigente, um dos três orçamentos que compõe a lei de diretrizes orçamentárias é o orçamento da seguridade social.
- IV O orçamento anual pode prever autorização de execução acima do que tiver sido fixado originariamente.

Estão certos apenas os itens

- A I e III.
- B I e IV.
- C II e IV.
- D I, II e III.
- E II, III e IV.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na **Folha de Texto Definitivo**, a presença de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da sua prova discursiva.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **30,00 pontos**, dos quais até **1,50 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

O que o seu computador ou celular diz sobre você? Mesmo que a gente não perceba, o uso da Internet deixa pegadas e rastros no mundo virtual. Quando você acessa plataformas de jogos *online*, interage em redes sociais, usa aplicativos, compra em uma loja virtual, lê notícias ou se cadastra em um sistema, alguma empresa pode ter acesso a um dado seu. Quase todo clique ou movimento é passível de rastreamento. A maioria dos *websites* possuem *cookies*, pequenos arquivos que armazenam nossa informação cada vez que acessamos um *site* pela primeira vez — descarregados em nosso aparelho incluem rastreadores que servem para configurar um perfil nosso em função das buscas que fazemos. Já os aplicativos possuem opções de cadastro com redes sociais, que possuem dados pessoais armazenados. O mundo digital criou novas formas de comunicação e interação. Mas você tem cuidado com seus dados pessoais e costuma ler as políticas de privacidade das páginas e aplicativos que utiliza?

Carolina Cunha. **Proteção de dados — a questão da privacidade dos cidadãos na Internet**. Internet: <vestibular.uol.com.br> (com adaptações).

O uso legal da Internet traz consigo a preocupação à obediência dos princípios básicos e interesses do consumidor, do cidadão, das empresas e do poder público, como a livre concorrência, a liberdade de expressão e a proteção da privacidade. O uso da Internet é considerado essencial ao exercício da cidadania e as leis são de obediência obrigatória por todos os usuários, inclusive por aqueles que a utilizam para a efetivação de seus interesses, sejam eles pessoais, sociais ou comerciais. Dessa forma, estejamos sempre conscientes: o mau uso da Internet, o desconhecimento das legislações específicas e o fato de permanecer alheio a tudo isso é estar evidentemente exposto aos prejuízos que podem advir do meio informático.

Lauren J.L. Teixeira Alves. **O uso da Internet e a proteção dos dados pessoais**. Internet: <laurenfernandes.jusbrasil.com.br> (com adaptações).

Considerando que os textos anteriormente apresentados têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

A SEGURANÇA DOS USUÁRIOS DA INTERNET DEPENDE TANTO DA LEGISLAÇÃO QUANTO DO CUIDADO INDIVIDUAL

Ao elaborar seu texto, aborde os seguintes aspectos:

- 1 o contexto atual de uso cotidiano da Internet por milhões de usuários e de exposição de dados na rede; [valor: 11,50 pontos]
- 2 a necessidade de legislação relacionada à privacidade na Internet; [valor: 8,50 pontos]
- 3 a necessidade de os cidadãos usarem de modo consciente e seguro a Internet. [valor: 8,50 pontos]

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



O CEBRASPE TRABALHA PARA OFERECER O MELHOR!

FOLHA DE RASCUNHO

